

Caso para Ensino: Empresa Minera – Eis a Regularização?

Autores:

Esthéfany Fialho Silva. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: esthefany.fialho@ufv.br.

Pedro Henrique Jesus Oliveira. Mestrando em Administração pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: pedro.henrique.oliveira@ufv.br.

Antônio Carlos Brunozi Júnior. Doutor em Ciências Contábeis pela Unisinos. Docente da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: antonio.brunozi@ufv.br.

Resumo Estruturado

Introdução/Problematização: Inspirado em alguns fatos, este caso de ensino discorre sobre uma família que construiu um império, mas andando sempre “à margem da lei”. O fundador da empresa sai de casa ainda jovem, ganha dinheiro com o garimpo em Serra Pelada, e logo depois se movimenta para uma região com grande quantidade de esmeraldas onde compra uma mina, se mantendo na mineração. A empresa cresce aos poucos até possuir quantidade considerável de funcionários e adquirir outras minas. Porém, por evasão fiscal e comércio ilegal, a empresa fica conhecida na mídia e passar a sofrer questionamentos da população sobre suas atividades.

Objetivo/proposta: A proposta deste caso de ensino é trazer ao discente o entendimento sobre as atividades das empresas, sobretudo sobre as obrigações fiscais das empresas com os funcionários e o exercício da atividade econômica lícitamente, com mercado legalizados.

Procedimentos Metodológicos (caso aplicável): Este trabalho possui a estrutura de caso de ensino, em que ele foi elaborado a partir de dados fictícios. A elaboração do caso foi alicerçado em leituras sobre o setor de mineração, sobre práticas e procedimentos da contabilidade financeira e a contabilidade fiscal. O caso trará perguntas ao discente, sendo aplicado no formato de grupo para fomentar discussões e capacidades para as graduações relacionadas às áreas de leis e de *business*.

Principais Resultados: O caso é destinado aos alunos de graduação dos cursos de Ciências Contábeis principalmente, mas técnicos da área também podem utilizá-lo. Ele pode ser aplicado em disciplinas com conteúdo gerenciais, financeiros e tributários, a exemplo: Contabilidade Financeira, Contabilidade Gerencial, Auditoria, Perícia, Contabilidade Tributária e Direito Tributário. O caso busca desenvolver os alunos do curso de Ciências Contábeis em uma área que cresce cada vez mais, a da perícia e auditoria, além de familiarizá-los com o meio jurídico, o que é de suma importância para um contador de sucesso.

Considerações Finais/Conclusão: Com o caso de ensino, espera-se que o discente saiba responder ao seguinte questionamento: Quais as rotinas, regularizações e práticas contábeis, fiscais a serem realizadas na Empresa Minera? Com isso, ele será hábil a entender situações que ocorrem no mercado empresarial e nas exigências da profissão contábil.

Contribuições do Trabalho: Este caso de ensino pretende colocar os estudantes no papel de consultores contratados para identificar todos os passos a serem dados para resolver o problema da empresa Minera, assim como efetuar os cálculos e procedimentos contábeis necessários para identificar qual o valor a empresa vai ter que desembolsar para se regularizar assim como um estudo de qual o melhor tipo de enquadramento tributário para o novo CNPJ.

Palavras-Chave: Mineração; Contabilidade; Regularização Contábil e Fiscal.

1 Contexto Inicial do Caso

Desde o descobrimento do Brasil pelos portugueses, o país foi uma nação onde as terras foram muito exploradas. Segundo Sena e Silva (2020), a princípio o Pau-Brasil foi a primeira atividade de exploração do território brasileiro, em que majoritariamente a força de trabalho foi dos indígenas. Em seguida veio a atividade da cana-de-açúcar, havendo a utilização dos escravos como mão de obra. Posteriormente, veio o ciclo do ouro, onde se continuou o uso da mão de obra escrava, e este período é considerado o ápice da economia no Brasil colonial. Todas as riquezas desta época foram enviadas para comércio na Europa, e assim os donos das minas e a coroa geraram muita riqueza em cima destas vendas.

Após este período de muita riqueza com os minerais preciosos, as jazidas foram se esgotando e então o Brasil entrou em um novo ciclo econômico. Desde então, se alimenta em muitos cidadãos brasileiros o sonho de se enriquecer com o garimpo de ouro e pedras preciosas. Porém, junto com a riqueza mineral vem os impostos, que sempre foram muito questionados pela população brasileira.

A herança relativa a impostos que este período deixou no Brasil não é boa, a coroa enriquecia imensamente realizando a cobrança de impostos altíssimos dos donos das minas. Os que almejavam também terem uma grande margem de lucro sonegavam impostos, faziam rebeliões e usavam de mão de obra escrava trabalhando sempre em precárias condições (CARRARA, 2018).

Hoje, século XXI, as leis de tributos no Brasil e as legislações que regem a prestação de trabalho são muito bem estabelecidas e fiscalizadas, o que na “teoria” reprimiria qualquer tipo de ação de sonegação de impostos e más condições de trabalho. E também a evasão fiscal nas vendas de itens preciosos.

Entretanto, ainda hoje existem empresas e empregadores que não cumprem, totalmente, ou em algum nível, estas obrigações. Assim este caso se coloca para que o aluno entenda sobre as obrigações das empresas com funcionários e consigam, a partir dos pontos indicados, entender criticamente o que deve ser feito para regularizar a empresa, mapeando quais procedimentos e ao final realizando seus cálculos como em uma consultoria. Este caso é aplicável ao cenário contábil de negócios que são desenvolvidos no Brasil.

2 A Empresa Minera

O Brasil é conhecido, diferentemente de países como os Estados Unidos, como um país extremamente familiar. Nas empresas, o que acontece também não é muito diferente. Segundo reportagem do jornal da Universidade de São Paulo (USP), no Brasil, em 2018, 65% do Produto Interno Bruto (PIB) foi gerado por empresas familiares e que estas representavam 90% das organizações no país gerando 75% dos empregos. Quanto mais pensamos no interior dos estados mais encontramos empreendimentos com estas configurações, seja na agricultura, indústria e também no comércio.

Tais empresas possuem pontos positivos como a rápida tomada de decisão sem muita burocracia, visto que geralmente os fundadores delas acaba sendo os diretores – o que minimiza, ou mesmo acaba, com o conflito de agência. Porém, ter a empresa totalmente centralizada acaba ligando muito a imagem da mesma a aquele que a fundou, fazendo que seus sucessores tenham dificuldades de se perpetuar no mercado. Ainda segundo os dados da referida reportagem, muitas destas empresas, cerca de 70%, acabam encerrando suas atividades quando da morte de seu fundador.

No entanto, algumas empresas conseguem ter suas atividades passadas de pai para filho e se mantêm no mercado. Este é o caso da empresa de mineração Minera, que foi fundada por Augusto Gonçalves e logo depois passada ao seu filho Pedro Gonçalves.

Na década de 1970, Augusto Gonçalves, natural do estado da Paraíba, filho de comerciantes, teve um desentendimento com seu pai e saiu de casa para tentar a vida com o garimpo. Passou alguns anos viajando de estado a estado onde se existia esse tipo de extração, mas sem conseguir fazer grandes quantias de dinheiro.

Na década de 80 surgiu um novo mundo para aqueles que viviam do garimpo. Augusto ouviu dizerem sobre uma localidade no Pará, que era conhecida como Serra Pelada, onde muitas pessoas estavam se direcionando, pois, a informação era de que se havia descoberto uma grande quantidade de ouro. Serra Pelada fica situada no sudeste do estado do Para, e teve seu auge na extração de ouro por volta dos anos 80, onde já chegou a ter 40.000 pessoas garimpando em seu território buscando-se um enriquecimento rápido.

Augusto logo se movimentou para Serra Pelada. Neste lugar ele ficou por alguns meses, mas também sem encontrar grandes pepitas de ouro.

Certo dia Augusto não estava na mina, mas seu amigo Carlos, com quem dividia o alojamento, chegou gritando do lado de fora do quarto que o barranco estava em puro ouro e que era naquele dia que eles iriam “bamburrar” - expressão usada pelos garimpeiros para dizer que iriam ganhar muito dinheiro pois encontraram muito ouro.

Os dois saíram correndo em direção a mina e realmente, lá estavam grande parte dessas milhares de pessoas que sonhavam com o enriquecimento pelo ouro, mas até então sem sucesso. Eles tinham encontrado uma veia com grande quantidade do mineral precioso.

Neste dia então Augusto conseguiu acumular uma boa quantia de dinheiro com a venda dos minerais e decidiu que ficaria em Serra Pelada apenas mais pouco tempo e voltaria para sua cidade na Paraíba. Ele era casado e havia deixado mulher e um filho de 10 anos - os quais visitava de tempos em tempos.

Poucos dias após encontrar essa grande quantidade de ouro, o então presidente da república, Fernando Collor, emitiu um decreto paralisando a extração mineral em Serra Pelada e então o garimpeiro retorna à sua cidade para nela se reestabelecer. Chegando lá ele encontra sua mulher grávida de cinco meses, resultado de sua última visita à Paraíba. Tempos depois Augusto fica sabendo que em uma região da Bahia existia grande quantidade de pedras preciosas, como esmeraldas.

A família toda resolveu se mudar para uma pequena cidade no estado da Bahia e com o dinheiro de Serra Pelada adquiriu uma mina de esmeraldas. No início das atividades da mina, Augusto sozinho, com auxílio de alguns artefatos utilizados de forma mais manual, começou a realizar a extração das pedras. A mina realmente possuía muitas pedras e vez ou outra o garimpeiro encontrava uma quantidade significativa que lhe rendia um bom valor e assim ele foi crescendo no ramo e conseguindo aumentar e melhorar suas atividades.

A cidade de Peruá, onde Augusto havia se fixado, é pequena, com cerca de 10.000 habitantes que vivem em situação de grande pobreza. Com o avanço da mineração de esmeraldas logo o garimpeiro precisou de ajuda nas atividades. Inicialmente, chamou alguns conhecidos da proximidade e os pagava de acordo com a necessidade, ou seja, o dia de prestação de serviço era pago e também recebiam comissão em cima da quantidade de pedras retiradas da mina.

Porém, quanto mais se explorava mais pedras eram encontradas na região, pedras de grande pureza e quantidade. Com isso, a família de Augusto foi adquirindo outras minas na região e passou a precisar do trabalho de funcionários sempre. Pedro, o filho de Augusto,

começou a ajudar o pai na extração mineral, mas organizando mais a parte contábil e administrativa.

Como a cidade era muito pequena, todos se conheciam, e todas as pessoas bem abastadas da cidade frequentavam o mesmo ciclo, e a grande maioria delas estava ligada à política. Pedro tinha a idade da filha mais nova do prefeito. Prefeito este que estava no comando da cidade há muitos anos, o avô do atual prefeito também havia sido prefeito de Peruá e assim sua família foi fazendo carreira na política.

A filha do prefeito então começa a namorar com o filho de Augusto e isso faz com que eles tenham uma relação de muita proximidade, não só com os políticos, mas também do juiz da comarca da cidade e tantas outras pessoas importantes naquele município.

Augusto nunca conseguiu compreender e aceitar o porquê tinha que pagar impostos por algo que havia conquistado, ao seu ver, sem nenhuma “ajuda” de qualquer um, e este pensamento também passou ao seu filho.

Por todo este tempo a extração foi crescendo e se tornou a principal fonte de renda de uma cidade sem qualquer outro tipo de negócio, como indústrias etc. Os funcionários da família eram satisfeitos, pois recebiam um valor que provavelmente não conseguiriam tirar de outro lugar naquela região, onde somente aquela família tinha a permissão para realizar a lavra.

O filho de Augusto possuía pensamentos muito mais audaciosos para o futuro da Minera, logo investiu grande quantidade de dinheiro da família em novas instalações e queria aumentar a capacidade de extração das minas. Para isso, foram contratados diversos outros funcionários para ajudar nesta missão.

A mineradora que já era considerada principal meio de emprego e renda na cidade de Peruá crescera ainda mais, o que aumentava a influência da família Gonçalves na região.

Logo Pedro e Marcela, que pertence à família que comandava a política na cidade há muitos anos, resolveram se casar, aumentando ainda mais a influência da família na cidade, que agora além de financeira, também se envolveu na questão política do município.

O salário pago aos colaboradores, principalmente os mais antigos era um ótimo salário para a região. Peruá fica localizada no oeste baiano, região que é extremamente seca, mas que sobrevive basicamente do agronegócio. O que faz com que apenas os grandes produtores e pessoas ricas da região consigam produzir; deste modo as pessoas mais pobres acabam ficando refém destas situações.

A cidade onde fica situada a Minera não conta com nenhum tipo de grandes plantações. Ela sobrevive em sua grande parte de cargos políticos e da empresa de extração mineral. Como Pedro havia se casado com a filha do prefeito, a Minera está incluída nos dois núcleos que move a cidade de Peruá.

Mesmo pagando bem aos seus funcionários e estando sempre em dia com os salários, como a família não possuía uma empresa constituída, ela não recolhia nenhuma das obrigações estipuladas em lei para com estes colaboradores, como Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e também não realizava o pagamento nem concedia férias da maneira correta a eles, entre outras obrigações que eram deixadas de lado.

A empresa sempre foi registrada no Cadastro de Pessoa Física (CPF) de Augusto, apenas para conseguir suas licenças ambientais. Porém, as pedras extraídas das minas eram vendidas de forma ilegal, não sendo registrada a venda nem emitida notas fiscais, desse modo a empresa também não fazia a apuração dos impostos sobre as vendas para serem recolhidos.

Em Serra Pelada, onde o fundador da empresa Minera aprendeu grande parte do que sabia de extração, o governo controlava a extração mineral, onde toda comercialização de ouro era feita por meio da DOCEGEO, agente comprador da Caixa Econômica Federal (CEF).

Como o governo controlava a venda do metal, não havia competição entre empresas, o que deixava os garimpeiros reféns. Muitos deles, inclusive Augusto, criaram uma repulsa a pagar impostos e se legalizarem e os levaram a tais práticas para a vida. Assim, ano após ano a empresa Minera sonegou diversos impostos em diversas áreas, desde trabalhista a tributária.

Em uma cidade tão pequena, uma empresa que tem tanta visibilidade certamente não passaria despercebida fazendo tais práticas. Entretanto, a proximidade e a ligação criada durante todos os anos com as pessoas poderosas da cidade faziam com que se fosse colocado debaixo dos panos todos estes problemas, mediante alguns tipos de favores tanto para os políticos da região quanto para o Ministério Público que deveria fiscalizar essas práticas.

A família Gonçalves exercia grande poder na cidadezinha de Peruá, nenhum de seus funcionários tinha forças ou coragem para denunciar as práticas corruptas da empresa.

A Minera foi crescendo consideravelmente com o passar dos anos e se tornou um empreendimento com grande número de colaboradores. Em 1994, quando Augusto vai para a Bahia, a extração era 100% manual, essa situação perdurou por um tempo. Em 1996 ele se vê em uma posição de mecanizar e modernizar a sua mineração - nessa época Augusto já contava com a ajuda de 10 funcionários entre pessoas que entravam na mina com ele, seus funcionários de mais confiança, e os colaboradores mais recentes na empresa que ficavam cuidando dos rejeitos na parte externa da mina.

Cada ano que passava a empresa se via crescendo e necessitando de mais e mais empregados, em cada ano que se passava a empresa ia aumentando consideravelmente sua folha de pagamento.

No ano de 2001 a empresa já contava com seus 40 colaboradores, havendo poucos desligamentos em todos os anos de existência, muito provavelmente pelo poder e influência da mesma na cidade, que não contava com outros empreendimentos que fossem vantajosos para que seus colaboradores se desligassem da Minera e por esse fato, os empregados acabavam tendo bons comportamentos para que conseguissem se perpetuar na empresa.

No ano 2001, Augusto já não trabalhava diretamente na extração devido à idade, Pedro nunca trabalhou diretamente nas minas, mas todos os dias ele realizava pela manhã uma ronda por elas. No dia 01 de maio deste ano ele estava fazendo uma inspeção pelas minas e então surge um de seus colaboradores mais antigos, Amarildo, correndo e gritando “Pedrinho, Pedrinho, chame seu pai, ele tem que ver o que encontramos, nunca vi nada igual em todos estes anos trabalhando nas minas”.

Amarildo então conta ao Pedro que tinham encontrado uma enorme pedra toda cravejada com muitas esmeraldas e que a pedra teria mais de 300 kg. Imediatamente Pedro vai chamar o pai para ver tal preciosidade.

Ao realizar a pesagem dos minerais confirmaram o peso da canga - como é chamada a pedra ainda bruta com os minerais encrustados – ela possuía 380 kg, a maior encontrada no mundo até então. Até mesmo os mineradores mais experientes ficaram impressionados com o tamanho da pedra e a pureza de suas esmeraldas.

A pedra logo foi retirada da mina e levada para um local de segurança, o valor estimado desta pedra certamente é muito alto, mas nem os mineradores nem o Sr. Augusto conseguiram estimar devido a nunca terem visto algo parecido.

Foi a partir do descobrimento de tal preciosidade que a empresa Minera toma notoriedade nacional. A existência da enorme pedra logo desperta a atenção de muitos

comerciantes no ramo de compra e venda desse tipo de mineral. Como era de costume, a pedra foi negociada no mercado ilegal de bens minerais, por um valor irrisório perto do quanto ela valeria realmente.

Dois comerciantes brasileiros, do estado de Goiás, vão até Pedro para realizar a compra da pedra. O minerador vende a pedra a eles por 45 mil reais. Depois deste ato, se inicia o imbróglio de posse da canga.

Estes dois comerciantes, Antônio Garcia e Eduardo Ribeiro, revendem a esmeralda a um americano por mais de 100 mil reais, mas a pedra não chega a ele. Segundo os comerciantes, ela teria sido roubada a caminho do aeroporto onde iria ser enviada aos Estados Unidos e não se teria informações sobre a pedra durante alguns anos.

Em 2005, uma forte furacão passaria pelos Estados Unidos e revelaria a localização da pedra brasileira. Ela ficara guardada em um cofre em Nova Orleans, que com a passagem das fortes tempestades acabou sendo inundado e ficando submerso. Mergulhadores a resgatam e a notícia da esmeralda submersa vai aos jornais, e o americano que havia comprado a pedra e nunca recebido após ver a uma reportagem resolve reivindicar a posse da pedra que, segundo ele, havia comprado.

Como havia mais de uma pessoa que dizia ser sua a pedra, o governo americano entra no caso para tentar resolvê-lo, o que coloca todo o foco neste acontecimento.

As fontes tinham histórias diferentes sobre como a preciosidade saiu do Brasil, mas todas um ponto em comum, a pedra só teve todo esse desenrolar pois a empresa Minera havia vendido a pedra de forma ilegal. Neste momento, o governo brasileiro, o qual não havia obtido nenhum tipo de imposto sobre o produto, também entra na luta para repatriar a pedra.

Programas de Televisão de muitos lugares do mundo vem para o Brasil para fazerem reportagens sobre o local onde teria sido encontrada a maior esmeralda do mundo, como funcionava sua extração e tentar descobrir mais sobre a história da pedra que estava em poder do Estado Americano

Com tantas reportagens se inicia uma investigação sobre a forma de trabalho da empresa Minera. Com todo alvoroço na cidade, um grupo de funcionários, insatisfeitos com o não cumprimento dos direitos humanos e legislação trabalhista, resolve procurar um famoso programa de TV para realizar uma denúncia. Segundo alguns deles, nunca tinham tirado férias desde que entraram na empresa e também não tinham seu (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) FGTS e valor de Previdência Social recolhido.

O famoso programa de televisão era o programa mais assistido de domingo à noite na televisão brasileira. O repórter esteve na cidade de Peruá, conversou com os funcionários envolvidos, que disseram que apesar de receberem seus salários na data correta, os seus outros direitos eram assunto proibido nas minas. Quando alguém dizia que iria atrás de seus direitos, eram cortados ironicamente de que poderiam ir, mas não encontrariam emprego em nenhum outro estabelecimento da região e nem teriam seu objetivo alcançado, provavelmente pela proximidade da família Gonçalves com o Ministério Público e políticos influentes da região.

Também estiveram na prefeitura da cidade onde entrevistaram alguns cidadãos nas proximidades que confirmaram o envolvimento de Pedro na política local.

A exposição do caso caiu como uma bomba sobre a empresa Minera. Como se pôde apurar a denúncia da TV, Augusto e Pedro nunca imaginavam que seriam descobertos, e justamente por isso foram ficando mais e mais confiantes a cada ano de sonegar mais e mais impostos - chegando a vender 100% de sua extração no mercado ilegal de bens minerários.

2.1 O Caso: A Decisão sobre a Empresa Minera

Em meio a todo esse caos acontecendo com a empresa Minera, a família se vê em uma encruzilhada, ou regulariza sua situação e encontra uma solução que repare os danos aos envolvidos ou perderá as licenças ambientais e terá de encerrar suas atividades.

Neste impasse, a família resolve contratar uma empresa de assessoria que promete propor dois caminhos a eles de como se recuperar desta situação.

A empresa de assessoria e auditoria escolhida foi a ConteD, empresa que, além de contar com contadores experientes, trabalha com um grupo jurídico a fim de avaliar a melhor saída.

A ConteD decide então delegar a dois de seus consultores a tarefa de juntos, avaliarem a situação para descobrirem quais caminhos vão ter de seguir para solucionar este dilema.

Alan e Júlio foram designados para o trabalho, eles são contadores e trabalham há um tempo considerável na área de consultoria e auditoria, tendo uma experiência significativa neste tipo de serviço. Quem trabalhará em conjunto com eles atuando na área jurídica é a advogada Luciana.

Júlio é um contador um pouco mais velho que Alan, mas tem uma visão muito mais aberta, maleável e flexível das situações. Por esse motivo, a diretoria gosta de vê-los trabalhando em conjunto para que se tenha uma visão sistêmica sobre os problemas a serem solucionados.

Com a exposição da matéria em um programa de TV de grande alcance, os funcionários antigos, que já não trabalham mais na Minera há um tempo, entraram com uma ação conjunta contra a empresa para receberem estes direitos não recolhidos.

Junto a Alan e Júlio, a advogada Luciana se direciona à cidade de Peruá, para conversar tanto com Augusto e Pedro, como com os funcionários e ex-funcionários, para entenderem melhor a situação que iriam ter de solucionar.

Chegando na cidade logo de cara se encontram com Pedro, que já os aguardava em uma das minas da família. Na conversa com o herdeiro de Augusto já percebem uma enorme resistência em reconhecer e arcar com o que foi cometido em todos estes anos.

Os contadores e Luciana resolvem então, com Pedro, irem para o escritório onde Augusto se encontrava para explicar como seria o procedimento até chegarem aos valores possíveis que os reclamantes teriam direito. Logo, Luciana começa explicando a eles que provavelmente, algumas das pessoas que entraram na ação coletiva não teriam direito a essa reclamação, pois existe um prazo após a rescisão do contrato de trabalho para que se faça a reclamação desses valores.

Imediatamente após a fala de Luciana, Augusto se interessa, mas como não possui o conhecimento adequado se sente aliviado mais uma vez pensando que sairia tranquilo desta situação. Porém, quando questionado sobre a rotatividade da empresa, ele afirma que como principal fonte de renda da cidade, não há muitos números de desligamentos e muitas pessoas já trabalham na empresa há muitos e muitos anos.

O que o fundador da Minera ainda não sabia era que mesmo com os atuais funcionários não abrindo ações contra ele, o Ministério Público, a partir do conhecimento do caso, iniciou uma ação para realizar essa cobrança judicialmente, correndo o risco de que, em caso de não pagamento, essa dívida seja executada judicialmente até mesmo com penhora e leilão de seus bens.

Alan e Júlio elaboraram uma sequência de questionamentos para serem feitos tanto a Augusto e Pedro bem como aos funcionários e ex-funcionários. Luciana achou importante conversar com a população da cidade, pois estava receosa com o apelo popular que a ação poderia tomar e como isso poderia influenciar em um possível julgamento.

Júlio fica responsável pela conversa com o Pedro e Alan com o patriarca. Júlio inicia a conversa questionando a partir de qual momento eles decidiram que era viável o não pagamento de suas obrigações contábeis. Pedro começa contando toda história de vida de seu pai e que desde Serra Pelada, ele não concordava com o recolhimento da maioria dos impostos. Um ponto importante descoberto por Júlio é que todos os funcionários e ex-funcionários não tiveram nenhum valor recolhido a título de FGTS e nem o valor retido de INSS repassado.

Neste mesmo momento, Alan estava conversando com Augusto. Por mais que tivesse uma idade já avançada, o dono da empresa Minera ainda mantinha viva sua história de crescimento no ramo da mineração. Augusto conta que no começo teve pouca ajuda, somente alguns dias mais cheios, por exemplo, quando encontrava uma boa veia de pedras, e quando isso acontecia ele realizava pagamentos diários para os seus ajudantes.

Posteriormente, as leis sobre a mineração foram ficando mais rígidas e ele se viu obrigado a conseguir as licenças ambientais para poder continuar com a extração. Dessa obrigação de se conseguir as licenças, Augusto decide fazer tudo em seu CPF, sem constituir um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Com certa influência que ele já possuía, consegue dar continuidade no processo de licenciamento e também opta por fazer o registro de funcionários no seu CPF.

Luciana seguiu para as minas para conversar com os funcionários da família, mas muitos se mostraram arredios e com medo de abrirem o que viveram anos e anos na empresa Minera. Um funcionário chamado Marco, que estava para se mudar de Peruá para morar com seu irmão em outro estado, resolveu conversar abertamente com ela.

Segundo Marco ele está na empresa desde que completou 20 anos, hoje possui 30. Ele afirma nunca ter tirado férias, o funcionário diz sequer ter conhecimento sobre o funcionamento desse direito. E garante que todos da empresa também não gozam de seus períodos de férias ou recebem o terço proporcional de maneira correta.

Em conversa com um ex-funcionário, eles ficam cientes de que a empresa fazia o pagamento de todas as férias e seus proporcionais, inclusive atrasados, aos funcionários que saíam da empresa, dessa forma eles recebiam uma boa quantia e não entrariam com nenhuma ação judicial quanto aos demais direitos.

Imediatamente os dois contadores solicitam uma lista a Pedro com o número de ex-funcionários desligados nos últimos cinco anos e de todos os funcionários ativos da empresa e receberam a seguinte relação. Uma informação relevante é de que nos últimos cinco anos apenas nos últimos dois tiveram funcionários desligados.

Funcionários ativos	45
Funcionários desligados nos últimos anos	10

Após entrega destes números, eles disseram que precisavam do valor pago a título de salário a todos estes funcionários, pois como tanto o Fundo de Garantia quanto a Previdência são recolhidas tendo como base o salário do colaborador. O reajuste de salário dos colaboradores foi de 70 reais a cada ano de empresa, esta também é uma informação muito relevante. Sendo assim, também foi solicitado o salário dos colaboradores ativos e recém-desligados, a relação passada pode ser visualizada abaixo, assim como o salário ao decorrer dos anos:

Funcionários Ativos	
Número	Salários, em R\$ (aumento salarial de 70 reais a cada ano de trabalho)
25 (Estão na empresa há 4 anos)	1.580,00
10 (Estão na empresa há 10 anos)	2.000,00
10 (Estão na empresa há 6 anos)	1.720,00

Funcionários Desligados	
Número	Salários, em R\$
4 saíram no último ano com salário de	1.250,00
6 saíram no ano anterior com salário de	1.100,00

Na conversa com Pedro e Augusto, Júlio e Alan descobrem que não somente as obrigações trabalhistas eram deixadas de lado, mas assim como a pedra de quase 380 kg, quase todas as outras extraídas da mina eram vendidas em mercados ilegais, não fazendo o recolhimento de nenhuma tributação, o que também fez com que o Ministério Público abrisse outra ação contra eles para cobrar tais impostos.

Luciana seguia na conversa com os populares da cidade de Peruá, e descobre uma informação muito importante que, talvez por desatenção ou até mesmo conscientemente, nem Pedro ou seu pai havia passado a eles e isso gerou uma grande chateação nos três prestadores de serviço. A grande maioria dessas pedras eram transportadas pelos próprios donos da Minera até o comprador, o que se perfazia como fato gerador do (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação) ICMS.

Imediatamente Luciana se dirige a casa de Augusto e ameaça deixar o caso se eles não começarem a abrir o jogo e contar quais mais impostos os mesmos sonegaram, pois este já era um caso muito complicado, e com tamanha notoriedade visto a exposição do programa de televisão, dificilmente eles sairiam dali com algum bem se a promotoria descobrisse algum fato que não fosse passado a eles.

Com medo de perder tudo que construiu durante sua vida, Augusto confirma a história contada a Luciana e diz que além dos impostos trabalhistas, nenhum imposto era recolhido sobre a venda e que nos últimos 5 anos venderam aproximadamente 3 milhões em pedras e que todas estas foram vendidas para dentro do próprio estado da Bahia com o transporte feito por eles mesmos.

Após verem o desespero em que ficaram os donos da empresa ao dizerem que não pegariam o caso, os consultores observaram que agora as perguntas eram respondidas de maneira sincera.

Os fatos até aqui são:

- Todos os funcionários eram registrados no CPF dos sócios da empresa, no caso Augusto e seus familiares;
- Nunca foi recolhido de nenhum destes funcionários valores a título de INSS, FGTS ou qualquer outro imposto sobre folha de pagamento;
- Todas as vendas de esmeraldas eram feitas integralmente ou parcialmente via comércio ilegal de pedras preciosas, sendo assim não havia recolhimento de nenhum imposto sobre as vendas;
- O transporte destas pedras, principalmente as maiores, eram feitos pela própria Minera;

- Existe duas ações movidas contra a empresa, a ação coletiva dos ex-funcionários e a ação movida pelo Ministério Público para que sejam regularizadas todas as pendências da empresa, e
- A empresa fazia o pagamento de todos os valores vencidos de férias ao realizar o pagamento de rescisão com o ex-colaborador.

Tendo o conhecimento de todos estes fatos, os consultores retornaram para a sede da consultora e iniciaram uma discussão sobre pegar ou não o caso da Minera.

Nesta conversa estavam presentes os diretores da empresa de consultoria, pois o caso tomou tamanha proporção e a ConteD já era relacionada ao caso em reportagens - o que impactaria no renome da empresa para que o imbróglgio tivesse um bom acordo entre as partes.

Os diretores afirmavam que sair do caso agora os impossibilitariam de tentar resolver o caso da melhor forma, e que como os nomes deles já estavam ligados a história, qualquer má resolução poderia respingar na empresa de consultoria. Eles diziam também que confiavam na capacidade de seus consultores e que não havia ninguém melhor do que eles no mercado para realizar tal trabalho.

Alan, Julio e Luciana se reuniram após os diretores deixarem a sala e repassaram entre si os fatos citados acima e concordaram de que após a ameaça de deixarem o caso, os donos da empresa Minera foram sinceros, em seu desespero, e passaram a falar tudo o que de fato acontecia.

Sendo assim, os consultores resolveram aceitar o caso e logo já começaram a trabalhar nele.

De acordo com os fatos apresentados, eles elencaram alguns pontos a serem levantados para encontrarem um valor aproximado do que se deve ser pago.

- Uma empresa do porte da Minera pode estar com tudo registrado no CPF do proprietário?
- Eles devem constituir um CNPJ?
- Em caso de constituição de novo CNPJ, o valor de recolhimento dos impostos deve ser calculado em cima do percentual estipulado para registros em CPF, como era o momento do fato gerador? Ou como foi constatado fraude, esse valor deve ser calculado em cima dos percentuais do tipo de tributação que a empresa vier a ter?
- Quais ex-funcionários ainda têm direito de terem seus valores de INSS e FGTS recolhidos?
- Os funcionários que ainda estão ativos na empresa devem ter os seus valores de FGTS e INSS recolhidos desde o início do contrato de trabalho?
- Quais as regras de recolhimento retroativo destes valores?
- É possível estimar um valor que das vendas feitas em mercado clandestino para se calcular o imposto em cima destas?
- Quais os impostos devem ser recolhidos em cima destas vendas?
- Os valores de recolhimento de todas estas obrigações devem ser estipulados em sentença ou é possível realizar um acordo judicial tendo todos estes valores calculados?
- Como deve ser realizado o cálculo de ICMS em cima das pedras transportadas? De fato, esse valor é devido?

Essas são as indagações que devem ser resolvidas para solucionar este caso. Diante disso: **Quais as rotinas, regularizações e práticas contábeis, fiscais a serem realizadas?**

3 Notas de Ensino

3.1 Resumo Indicativo

Contexto: Inspirado em alguns fatos, este caso discorre sobre uma família que construiu um império, mas andando sempre “a margem da lei”. O fundador da empresa sai de casa ainda jovem, ganha dinheiro com o garimpo em Serra Pelada, e logo depois se movimenta para uma região com grande quantidade de esmeraldas onde compra uma mina, se mantendo na mineração. A empresa cresce aos poucos até possuir quantidade considerável de funcionários e adquirir outras minas. Nessa fase a empresa já era administrada por Augusto, o fundador, e Pedro, seu filho, sendo considerada a principal fonte de renda da pequena cidade de Peruá. A empresa sempre registrou funcionários e licenças no CPF dos sócios e nunca fez o recolhimento dos impostos necessários, da mesma forma fazia suas vendas de esmeraldas no mercado ilegal, mas pela influência na cidade ninguém nunca havia questionado. Até que um dia uma pedra de mais de 350 kg é encontrada em uma das minas da empresa Minera, essa pedra é comercializada em mercado ilegal a um norte americano, mas nunca chega até ele. Tempos depois ele resolve ir a mídia atrás dela e a história toma notoriedade.

Dilema: Com toda a popularidade do caso da maior pedra de esmeraldas do mundo perdida, funcionários antigos, os quais não receberam nenhum direito trabalhista, resolvem entrar com ações contra a empresa e falar do caso em um famoso programa da TV brasileira. Com a comoção popular do caso, a empresa se vê em uma encruzilhada, ou regulariza toda sua situação, fazendo o recolhimento dos impostos, colocando as férias dos colaboradores em dia e todas as obrigações necessárias, ou perderá suas licenças e a família provavelmente todo seu patrimônio. Desse modo a empresa contrata uma consultoria para avaliar o que deve ser feito e tentar elaborar um possível acordo com estes ex-colaboradores e com o Ministério Público. A empresa de consultoria entra em contato com as partes e com alguns populares da cidade de Peruá, e assim devem elaborar um plano de ação para o caso.

Fechamento do caso: Este caso pretende colocar os estudantes no papel de consultores contratados para identificar todos os passos a serem dados para resolver o problema da empresa Minera, assim como efetuar os cálculos e procedimentos contábeis necessários para identificar qual o valor a empresa vai ter que desembolsar para se regularizar assim como um estudo de qual o melhor tipo de enquadramento tributário para o novo CNPJ.

3.2 Fonte de Dados

Os dados utilizados neste caso foram retirados de diversos sites, reportagens e até mesmo de um artigo que contam as histórias reais que serviram de base para este caso. As informações do caso de fato, como quantidade de funcionários, salários, tempo de trabalho etc. foram criadas para que os alunos possam elaborar o plano de ação, ou seja, o que deve ser feito para regularizar a empresa, e dar os números necessários para que estes efetuem os cálculos para se saber o valor que a empresa irá ter de despesar neste processo de regularização.

3.3 Objetivos Educacionais

O caso é destinado aos alunos de graduação dos cursos de Ciências Contábeis principalmente, mas técnicos da área também podem utilizá-lo. Ele pode ser aplicado em disciplinas com conteúdos gerenciais, financeiros e tributários a exemplo: Contabilidade Financeira, Contabilidade Gerencial, Auditoria, Perícia, Contabilidade Tributária e Direito Tributário. O caso busca desenvolver os alunos do curso de Ciências Contábeis em uma área

que cresce cada vez mais, a da perícia e auditoria, além de familiarizá-los com o meio jurídico, o que é de suma importância para um contador de sucesso.

3.4 Alternativas para a Aplicação e Análise do Caso

A princípio o caso deve ser entregue aos alunos e solicitado que estes façam uma leitura minuciosa, salientando que ele é repleto de informações importantes por todo o texto - as quais devem ser anotadas para que posteriormente ajude na elaboração das resolutivas do caso. É recomendável que o aluno faça leituras prévias sobre os conceitos envolvidos de tributos, contribuições, bem como sobre as práticas de lançamentos da Contabilidade Financeira.

Após a leitura, o mediador deve apresentar o caso aos discentes ajudando-os a reconhecer cada parte da história que é relevante na resolução do dilema. Após todos terem conhecimento do caso, o docente deve dividir a turma em grupos de até cinco alunos. A atividade em grupo é importante por agrupar competências e possibilidades de discussões, resolvendo-se todas as pendências da empresa Minera.

A apresentação final do caso deve ser feita por meio de seminário, em que com o recurso de apresentação por *slides*, o grupo deve mostrar quais caminhos seguiram, qual o resultado obtido, demonstrando-se também a legislação que rege cada obrigação dos impostos a serem recolhidos.

3.5 Organização e Sugestões de Soluções para as Questões

A resolução deste caso está em demonstrar e desenvolver competências relacionadas às quais as atitudes e os procedimentos têm que ser tomados para que se consiga regularizar a empresa. As respostas estão balizadas em: **Quais impostos devem ser recolhidos? Todos impostos citados no caso são de fato devidos? Existem outros impostos que devem ser recolhidos além dos citados?**

Após fazer estas análises, devem ser efetuados os cálculos dos impostos com as informações apresentadas.

Algumas dicas para a resolução:

Os consultores vão analisar que os impostos trabalhistas devem ser recolhidos da seguinte forma, o FGTS e INSS para os funcionários que ainda estão na empresa em sua totalidade, com juros e correção. Já os funcionários que saíram da empresa, há menos de dois anos, têm o direito de reclamar as verbas trabalhistas o que é o caso dos valores não recolhidos FGTS.

Já o INSS pode ser requerido o reconhecimento de vínculo a qualquer momento à previdência, e neste caso o próprio órgão ajuizará ação para que os últimos cinco anos devidos de INSS sejam pagos pelo empregador.

A Minera não concedia férias aos seus funcionários. Dessa forma, todos eles têm direito às férias retroativas e seus proporcionais. Como a empresa acertava os valores atrasados de férias no ato da rescisão, este não é devido aos ex-funcionários.

Primeiramente, deve-se procurar entender sobre cada imposto que deveria ser recolhido. O FGTS e o INSS são tributos calculados sobre o valor do salário do funcionário. A alíquota do Fundo de Garantia está em 8% e deve-se avaliar se houve mudança nos anos anteriores, já a do INSS não possui uma alíquota fixa, variando de acordo com o valor de salário do contribuinte (além do INSS Patronal e outras contribuições devidas pela empresa). Em seguida, devemos usar a informação que a empresa repassou dos colaboradores existentes na empresa,

bem como os seus salários no decorrer dos anos e o tempo que o funcionário atua na empresa para calcular tais valores.

Foi dito aos consultores que quando um funcionário é desligado da empresa, ele tem suas férias acertadas, mas os ativos ainda têm suas férias a receber. Desse modo, com as mesmas informações acima, deve-se calcular o valor de férias dos funcionários ativos, as quais estão pendentes.

Quanto ao ICMS, inicialmente, deve-se verificar qual o regime/modalidade de tributação. Este imposto é de competência estadual, em que cada estado delibera sobre suas alíquotas, e este fixa um regulamento detalhando o percentual, exigibilidades, isenções e outras informações sobre o imposto. No caso do ICMS no estado da Bahia, é cobrado uma alíquota de 25% sobre o valor das mercadorias, como pedras preciosas, transportadas, assim o consultor deve aplicar tal alíquota, caso não haja nenhuma isenção, sobre o valor que foi passado pela Minera relativo ao transporte das pedras.

Após o cálculo, algumas informações são essenciais para se conseguir formar este valor que terá que ser desembolsado. O consultor deve analisar sob a ótica dos passivos contingências de todos os cálculos feitos, se há chance de realmente ocasionar em uma saída de recurso da empresa devido aos prováveis processos judiciais como por exemplo o de recolhimento do INSS o qual depende de diversos fatores externos. Vide leitura do CPC 25 para as diferenciações entre passivos, provisões e reservas de contingência.

O principal tipo de situação em que se gera confusão sobre estas obrigações são os processos contra as empresas, pois é difícil mensurar se a saída de recurso irá mesmo ocorrer e qual seu valor, antes do juiz dar a sentença. Como o caso se trata de uma ação que corre na justiça, há de se avaliar qual tipo de passivo a obrigação apresenta e qual nível de probabilidade de saída de recurso.

Como toda empresa girava no CPF dos sócios, eles não possuíam um CNPJ. Ao final do trabalho, os alunos devem apresentar quais os regimes de tributação existentes e o que afeta o valor dos impostos em cada um deles, para que assim os donos da empresa pudessem escolher o melhor, para a abertura da empresa, para os procedimentos contábeis e para o recolhimento dos tributos.

Referências

BAHIA. **Decreto nº 5444 de 30 de maio de 1996**. Regulamento do ICMS do Estado da Bahia. 1996. Disponível em <<http://www.sefaz.ba.gov.br/geral/arquivos/download/ricms96.pdf>> Acesso em 15 de novembro de 2022.

BAHIA. **Lei nº 7014 de 04 de dezembro de 1996**. Trata do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e dá outras providências. Salvador, Bahia, 1996. Disponível em <[https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=120361#:~:text=Trata%20do%20Imposto%20sobre%20Operações,\)%2C%20e%20dá%20outras%20providências](https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=120361#:~:text=Trata%20do%20Imposto%20sobre%20Operações,)%2C%20e%20dá%20outras%20providências)> Acesso em 15 de novembro de 2022.

BRASIL. **Consolidação das leis do trabalho – CLT e normas correlatas**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Perguntas frequentes sobre FGTS.** s/d. Disponível em: <<https://www.caixa.gov.br/beneficios-trabalhador/fgts/perguntas-frequentes/Paginas/default.aspx#:~:text=O%20valor%20ser%C3%A1%20o%20correspondente,sal%C3%A1rio%20bruto%20pago%20ao%20trabalhador.>> Acesso em 15 de novembro de 2022.

CARRARA, A. A. **Impostos, Contrabando e Revoltas.** História Colonial Arquivo Nacional. 2018. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5112&Itemid=368> Acesso em 24 de novembro de 2022.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS - PRONUNCIAMENTO TÉCNICO. **Provisões, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes, Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 37.** 2019. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/304_CPC_25_rev%2019.pdf> Acesso em 15 de novembro de 2022.

DEBIT. **Histórico de Tabelas do INSS.** 2022. Disponível em: <<https://www.debit.com.br/tabelas/tabelas-inss.php>> Acesso em 15 de novembro de 2022.

JORNAL DA USP. **Empresas familiares representam 90% dos empreendimentos no Brasil.** 2018. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/?p=202637>> Acesso em: 15 de novembro de 2022.

MACEDO, M. **Ciclo do Ouro. Educa+ Brasil.** 2020. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/ciclo-do-ouro>> Acesso em 15 de novembro de 2022.

MAINENTI TRIBUTOS. **Qual o prazo prescricional para cobrança do INSS e do FGTS?** 2017. Disponível em: <<http://www.rauschmainenti.adv.br/esc/qual-o-prazo-prescricional-para-cobranca-do-inss-e-do-fgts/>> Acesso em: 15 de novembro de 2022.

MEGA CURIOSO. **A Incrível história da esmeralda Bahia.** 2022. Disponível em: <<https://www.megacurioso.com.br/artes-cultura/121493-a-incrivel-historia-da-esmeralda-bahia.htm#:~:text=A%20história%20cinematográfica%20da%20Esmeralda,R%24%201%2C9%20bilhão>> Acesso em: 15 de novembro de 2022.

MONTEIRO, M.; COELHO, M. C.; COTA, R.; BARBOSA, E. Ouro, empresas e garimpeiros na Amazônia: O caso emblemático de Serra Pelada. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 7, n. 13, p. 131-158, 2010.

NASSIF, E.; SOUZA, C. L. de. Conflitos de Agência e Governança Corporativa. **Revista do Departamento de Administração da FEA, Caderno de Administração**, v. 7, n. 1, p. 1-20, 2013.

SENA, A. **Ciclos econômicos no Brasil**. Educa+ Brasil. 2020. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/ciclos-economicos-do-brasil>> Acesso em 15 de novembro de 2022.

SILVA, D. N. **Exploração do Pau Brasil**. Mundo Educação. s/d. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/paubrasil.htm#:~:text=A%20explora%C3%A7%C3%A3o%20do%20pau%2Dbrasil,portugueses%20terem%20chegado%20%C3%A0%20Am%C3%A9rica.>> Acesso em 15 de novembro de 2022.

TORRES, V. **O que é preciso saber sobre regime de tributação**. Contabilizei Blog. 2022. Disponível em: <<https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/o-que-e-preciso-saber-sobre-regime-de-tributacao/>> Acesso em 15 de novembro de 2022.